

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

003/2026

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios e insumos de uso comum, especificamente café, açúcar, adoçante, filtro de papel e pilhas, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 14.276,47

DATA DA SESSÃO

De 19/05/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09h até 00h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	7
6. HABILITAÇÃO	9
7. CONTRATAÇÃO	9
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12



FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 003/2026

(Processo Administrativo n.º 5140/2025)

Torna-se público que o(a) FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, por meio do(a) pregoeiro, designado pela Portaria n.º 0003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do [art. 75, inciso II](#), nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 19/05/2026

Data de recebimento das propostas e documentos: até 19/05/2026, às 08h59min

Horário da Fase de Lances: 09:00h às 15:00h

Link: www.licitanet.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço por item.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **Aquisição de gêneros alimentícios e insumos de uso comum, especificamente café, açúcar, adoçante, filtro de papel e pilhas, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
01	Pó de Café Torrado e moído, tipo tradicional, 100% café, com selo ABIC, em embalagem de 500g	Pacote	227
02	Açúcar Refinado Especial Sacarose de cana-de-açúcar Embalagem de 1kg	Pacote	346
03	Adoçante Dietético Líquido, à base de edulcorante, natural, líquido transparente, acondicionada em embalagem resistente de plástico atóxico, contendo 100 ml, com identificação na embalagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação, validade e registro na ANVISA ou INMETRO.	Embalagem	30
04	Filtro de Papel 103 Caixa contendo 30 unidades	Caixa	183



05	Pilha Alcalina AA 1,5V (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	78
06	Pilha Alcalina AAA Tipo palito- 1,5V(embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	66
07	Pilha Recarregável AA 1.2V – Capacidade da pilha 2500mAh (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	65
08	Pilha Recarregável AAA 1.2V – Capacidade da pilha 900m Ah (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	70

1.2.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Licitanet.com.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#).

2.1.2. O Licitanet.com.br poderá ser acessado pela web.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;



d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. O disposto na alínea “a” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto, ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. que existem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.8.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.



4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. conter vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.6. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.



7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;

9.12.3. ANEXO III - Preços máximos propostos pela Administração;

9.12.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato.

Loir Gonçalves de Lima,
Gestor do Fundo Municipal de Meio Ambiente
Cachoeiras de Macacu, 12 de maio de 2026.



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Habilitação jurídica

1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1 Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;

1.2.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-



A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.8 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.2.8.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

1.2.9 Prova de constituição social, podendo ser:

1.2.9.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2.9.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.2.9.3 Em caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

1.2.9.4 Decreto autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2.10 Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

1.3 Habilitação técnica:

1.3.1 Não se aplica.



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5140/2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DO AMBIENTE

1. OBJETO:

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios e insumos de uso comum, especificamente café, açúcar, adoçante, filtro de papel e pilhas, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Pó de Café Torrado e moído, tipo tradicional, 100% café, com selo ABIC, em embalagem de 500g	Pacote	227
02	Açúcar Refinado Especial Sacarose de cana-de-açúcar Embalagem de 1kg	Pacote	346
03	Adoçante Dietético Líquido, à base de edulcorante, natural, líquido transparente, acondicionada em embalagem resistente de plástico atóxico, contendo 100 ml, com identificação na embalagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação, validade e registro na ANVISA ou INMETRO.	Embalagem	30
04	Filtro de Papel 103 Caixa contendo 30 unidades	Caixa	183
05	Pilha Alcalina AA 1,5V (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	78
06	Pilha Alcalina AAA Tipo palito- 1,5V(embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	66
07	Pilha Recarregável AA 1.2V – Capacidade da pilha 2500mAh (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	65
08	Pilha Recarregável AAA 1.2V – Capacidade da pilha 900m Ah (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	70

2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1 – Trata-se de serviço comum por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, de acordo com definição do artigo 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 – Nos termos do artigo 14 da IN 05/2017:



“Art. 14 - Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.”

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1 A presente contratação tem como finalidade assegurar o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios e insumos de uso comum, tais como café, açúcar, adoçante, filtros de papel e pilhas, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal do Ambiente.

Os produtos em questão são indispensáveis ao funcionamento regular das atividades desenvolvidas pelos diversos setores da Secretaria, utilizados no preparo de bebidas e apoio às demandas diárias dos servidores, bem como no atendimento a reuniões. O fornecimento de pilhas, por sua vez, é essencial para a manutenção do funcionamento de equipamentos e aparelhos de uso contínuo nas rotinas administrativas.

A ausência desses itens comprometeria diretamente a execução das atividades internas, impactando negativamente a eficiência e a continuidade dos serviços públicos prestados. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e a manutenção das atividades administrativas, de modo a assegurar a regularidade e a qualidade dos serviços ofertados à população.

Ressalta-se que a demanda foi identificada a partir da análise do consumo médio mensal e da previsão de necessidades para o exercício vigente, conforme levantamento realizado pelo setor requisitante e registrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual embasa tecnicamente o presente Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.1 De acordo com o artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, o princípio do parcelamento das contratações públicas é determinante quando a divisão do objeto por ITEM for tecnicamente viável e economicamente vantajosa. No contexto em questão, referente à aquisição de gêneros alimentícios e insumos de uso comum para Secretaria Municipal do Ambiente e Bem Estar Animal, a aplicação deste princípio é justificada pela busca de competitividade e acesso a condições financeiramente mais favoráveis para a Administração Pública.

Assim, fundamentados nos dispositivos legais e nos princípios norteadores da Lei 14.133/2021, é recomendável o parcelamento desta contratação por **ITENS** devido à especialização dos produtos e ao potencial de se obter condições mais benéficas para o erário, o que reitera nossa posição favorável a tal prática.

5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

5.1 - NÃO é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

6.1 A solução proposta consiste na aquisição de gêneros alimentícios e insumos de uso comum, a saber: café torrado e moído, açúcar refinado, adoçante dietético, filtro de papel e pilhas,



destinados ao atendimento das necessidades de consumo contínuo da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal.

A contratação visa garantir o fornecimento regular e padronizado desses produtos, indispensáveis à manutenção das rotinas administrativas, ao atendimento de servidores e colaboradores.

O ciclo de vida do objeto abrange desde o fornecimento e entrega dos produtos até seu consumo e reposição, observando-se as condições adequadas de armazenamento, validade e qualidade. A durabilidade e eficiência dos produtos são consideradas em toda a fase de uso, de modo a assegurar que o fornecimento atenda plenamente às necessidades da Secretaria, evitando desperdícios e assegurando economicidade.

Os produtos deverão atender às seguintes especificações técnicas e padrões de qualidade:

- Café torrado e moído: tipo superior ou extra forte, acondicionado em embalagem de 500g, hermeticamente lacrada, com selo de qualidade ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café) e validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
- Açúcar refinado: branco, em embalagem de 1kg, devidamente lacrada, isento de umidade e impurezas, com validade mínima de 12 (doze) meses.
- Adoçante dietético: líquido, à base de edulcorantes naturais, acondicionado em frasco plástico atóxico de 100ml, transparente, com registro na ANVISA, rótulo informativo e validade mínima de 12 (doze) meses.
- Filtro de papel: modelo compatível com cafeteiras de uso comum, produzido em papel filtrante de boa resistência, tamanho padrão nº 103, embalado em pacotes de 30 unidades.
- Pilhas: alcalinas, tamanho AA e AAA, com longa duração e validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.

Os produtos deverão ser novos, de primeira qualidade, dentro do prazo de validade, e entregues em suas embalagens originais, lacradas e devidamente identificadas quanto à marca, fabricante e data de fabricação.

A entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria, mediante solicitação formal do setor requisitante, devendo os materiais ser entregues no endereço indicado, sem ônus adicional à Administração.

A adoção desta solução revela-se a mais adequada diante do baixo custo de aquisição, da facilidade de reposição no mercado local e da compatibilidade dos itens com as rotinas administrativas, assegurando a eficiência, padronização e continuidade dos serviços públicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal.

7. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1 – A entrega dos produtos será realizada de forma parcelada, em entregas mensais, com periodicidade aproximada de 30 (trinta) dias, conforme a necessidade e o planejamento da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, mediante solicitação formal do setor requisitante, até o limite das quantidades contratadas.

7.2 – O prazo máximo para cada entrega parcelada será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição formal ou da emissão da nota de empenho correspondente.

7.3 – Os produtos deverão ser entregues no endereço da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, localizada na Av. Governador Roberto Silveira, nº 318-Campod o Prado-Cachoeiras de Macacu/RJ, no horário de funcionamento do órgão, de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h.

7.4 – Todos os itens deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, dentro do prazo de validade, em suas embalagens originais, lacradas, invioladas e devidamente identificadas com marca, lote, data de fabricação e validade.



7.5 – No ato da entrega, será realizada a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos por servidor designado, que verificará as especificações, prazos de validade, integridade das embalagens e demais requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência.

7.6 – Constatada qualquer irregularidade, divergência ou não conformidade com as especificações, o fornecedor será notificado para efetuar a substituição imediata do item, sem ônus adicional à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

7.7 – O recebimento provisório será realizado no momento da entrega e conferência dos produtos, mediante assinatura do servidor responsável. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade com as especificações e a aceitação formal pelo setor requisitante, nos termos do artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8- O cronograma de entrega apresentado possui caráter estimativo, podendo as quantidades mensais serem ajustadas conforme a necessidade da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, respeitado o quantitativo total contratado e a vigência do contrato. As entregas ocorrerão mediante solicitação formal do setor requisitante, com periodicidade aproximada de 30 (trinta) dias.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL	QTD. MENSAL ESTIMADA
01	Pó de café (500g)	Pacote	227	19 pacotes
02	Açúcar refinado (1kg)	Pacote	346	29 pacotes
03	Adoçante dietético líquido (100 ml)	Embalagem	30	3 unidades
04	Filtro de papel nº 103 (cx c/ 30 un.)	Caixa	183	15 caixas
05	Pilha alcalina AA (emb. c/ 4 un.)	Embalagem	78	7 embalagens
06	Pilha alcalina AAA (emb. c/ 4 un.)	Embalagem	66	6 Embalagens
07	Pilha recarregável AA (emb. c/ 4 un.)	Embalagem	65	5 Embalagens
08	Pilha recarregável AAA (emb. c/ 4 un.)	Embalagem	70	6 Embalagens

8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

8.1 Considerando que os objetos desta contratação são bens de consumo não duráveis, não se aplicam exigências de manutenção ou assistência técnica contínua.

8.2 – Todavia, visando garantir a qualidade e a conformidade dos produtos fornecidos, a contratada deverá assegurar garantia integral de substituição para quaisquer itens que apresentem



defeitos de fabricação, avarias, violação de embalagem, divergência nas especificações contratadas ou prazo de validade vencido.

8.3 – A substituição dos produtos considerados inadequados deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal expedida pela Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal.

8.4 – Todos os custos decorrentes da substituição, inclusive transporte, recolhimento dos itens irregulares e entrega dos novos produtos, serão de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional à Administração.

8.5 – Os produtos substituídos deverão apresentar as mesmas especificações técnicas e condições de

fornecimento estabelecidas neste Termo de Referência, mantendo-se a integridade, validade e padrão de qualidade exigidos.

8.6 – A contratada deverá responder integralmente por eventuais danos causados à Administração Pública decorrentes do fornecimento inadequado dos produtos, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal e do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:

9.1 O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de Planejamento em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	FICHA	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
50.	005.	04	122.	2001.	649	3.3.90.30.00.00.00.00	1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos

11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE

11.1 – Não se aplica a aquisição pretendida.

12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA:

12.1 – A Lei nº 14.133/21, em seu art. 75, inciso II, estabelece ser dispensa eletrônica para a contratação de que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Em Vigência; Dessa forma, a contratação do objeto será realizada.

13. DAS PROPOSTAS:

13.1 – Prazo de validade



13.1.1 - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.2 – Condições da Proposta

13.2.1 - A proposta deverá conter os requisitos suficientes para realização do objeto deste instrumento, bem como todos os custos e despesas necessárias que envolvam a aquisição.

13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito

Não se aplica a contratação pretendida.

14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.1 Não se aplica.

15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.1 Considerando o disposto no art. 70, III da Lei nº 14.133/2021, previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- I) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- II) Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- III) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02(dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da Lei(inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três)meses da data de apresentação da proposta;

16. Requisitos da Contratação

16.1 A contratação da empresa fornecedora deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

16.1.1 Fornecimento de produtos novos, originais de fábrica, de primeira qualidade, devidamente embalados e dentro do prazo de validade, vedado o fornecimento de itens reutilizados, reembalados ou com danos aparentes;

16.1.2 Café torrado e moído com selo de qualidade ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café),

devidamente identificado quanto à marca, tipo e validade;

16.1.3 Adoçante dietético líquido com registro na ANVISA ou certificação equivalente, em conformidade com a legislação vigente, contendo rótulo com informações obrigatórias sobre ingredientes, valor nutricional, lote, data de fabricação e validade;

16.1.4 Todos os gêneros alimentícios e insumos deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega, exceto quando o produto tiver prazo de validade inferior por natureza, devendo tal condição estar claramente indicada na embalagem;

16.1.5 Os filtros de papel deverão ser confeccionados em material apropriado para uso alimentar, isento de impurezas, compatível com cafeteiras de uso comum e devidamente embalado;



16.1.6 As pilhas alcalinas e recarregáveis deverão ser originais de fábrica, com certificação do INMETRO, apresentar validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses e ser entregues em embalagens lacradas, contendo identificação da marca, fabricante e especificações técnicas;

16.1.7 Preferência por produtos de marcas reconhecidas no mercado, com boa durabilidade, procedência comprovada e padrão de qualidade constante;

16.1.8 Apresentação, sempre que solicitado, de documentos que comprovem a procedência e autenticidade dos produtos fornecidos, como certificados, laudos técnicos, fichas de segurança, rótulos e notas fiscais;

16.1.9 Cumprimento integral das normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes, incluindo as determinações da ANVISA, INMETRO e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando aplicável;

16.1.10 Responsabilidade integral da contratada pelo transporte, entrega, descarregamento e integridade dos produtos até o local designado pela Administração, em conformidade com as condições de armazenamento e higiene exigidas.

16.2 Reajuste

16.2.1 Não se aplica a este objeto.

16.3- GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

16.3.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4 – Da Subcontratação:

16.4.1 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

17. DO CONTRATO:

17.1 Do Prazo Contratual

17.1.1 O contrato terá validade de 12 meses contados a partir de sua assinatura. Durante a vigência contratual, os produtos serão fornecidos de forma parcelada, em entregas mensais, conforme necessidade da Administração, respeitada a periodicidade estimada de 30 (trinta) dias

17.2 OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:

17.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada, registrando em relatórios eventuais ocorrências que possam interferir no cumprimento das obrigações contratuais;

17.2.2 Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários ao bom andamento da contratação, de modo a possibilitar a adequada execução dos fornecimentos;

17.2.3 Receber, conferir e atestar o material entregue, observando as especificações, quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta vencedora;

17.2.4 Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade verificada no fornecimento, exigindo as providências corretivas cabíveis dentro do prazo estabelecido;



17.2.5 Efetuar os pagamentos devidos à contratada dentro dos prazos fixados, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e após o recebimento definitivo dos materiais;

17.2.6 Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos que não estiverem em conformidade com as especificações, exigindo sua substituição imediata, sem ônus adicional à Administração;

17.2.7 Providenciar as solicitações de entrega conforme a necessidade dos setores da Secretaria, observando o cronograma e a forma de fornecimento pactuada;

17.2.8 Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive aplicação de penalidades, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.9 A fiscalização exercida pela contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e à conformidade dos produtos entregues, tampouco a exime das obrigações legais e contratuais assumidas.

18. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

18.1 Cumprir integralmente as condições e especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada e do contrato firmado;

18.2 Fornecer os produtos novos, originais, de primeira qualidade, dentro do prazo de validade, nas quantidades e prazos solicitados pela Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal;

18.3 Garantir que os produtos estejam devidamente embalados e identificados, com informações claras sobre marca, fabricante, data de fabricação, validade e lote, atendendo às normas da ANVISA, INMETRO e demais órgãos competentes;

18.4 Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer produtos entregues que apresentem defeitos, irregularidades ou que não atendam às especificações exigidas, sem qualquer ônus adicional para a Administração;

18.5 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, procedência e conformidade dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais danos decorrentes de vícios, defeitos ou irregularidades;

18.6 Atender prontamente às solicitações e comunicações da contratante relativas à execução do contrato;

18.7 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista;

18.8 Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, observando os horários e locais indicados pela contratante, bem como assegurar que o transporte dos materiais seja realizado em condições adequadas de higiene e segurança;

18.9 Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, eximindo a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

18.10 Manter canal de comunicação atualizado, com telefone e e-mail válidos, para o recebimento de notificações, solicitações e demais comunicações administrativas;

18.11 Observar as normas de sustentabilidade e descarte adequado de resíduos, quando aplicável, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

18.12 O descumprimento total ou parcial das obrigações previstas neste Termo de Referência poderá acarretar a aplicação de penalidades administrativas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas cláusulas contratuais pertinentes.

19- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

19.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024).

19.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da



documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

19.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

19.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

19.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

19.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

19.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATR.	CPF
GESTOR	<i>João Alberto Antunes Ribeiro</i>	<i>73.158</i>	<i>432.985.087-72</i>
FISCAL TÉCNICO	<i>Ailka Juliana do Nascimento Siqueira</i>	<i>73.251</i>	<i>313.619.508-62</i>
FISCAL ADMINISTRATIVO	<i>Danielli Amaral de Castro</i>	<i>72.857</i>	<i>097.068.917-90</i>

20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

20.1 – A compra dos materiais será paga mediante a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

20.2 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução dos serviços.

20.3 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

20.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



20.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.6 - Liquidação

20.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

20.6.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6.2 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

20.7 Prazo de Pagamento

20.7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

20.7.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

20.8 Forma de Pagamento

20.8.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.8.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.8.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.8.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DA SEGURANÇA DE DADOS:

21.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de aquisição, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



21.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

21.3 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda

de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

21.4 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

21.5 - A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

21.6 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

21.7 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

21.8 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

21.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 28 de janeiro de 2026.

Hellen Souza Fonseca
Setor Requisitante
Matrícula 72.854

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência



ANEXO III – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Pó de Café Torrado e moído, tipo tradicional, 100% café, com selo ABIC, em embalagem de 500g	PCT	227	R\$ 24,90	R\$ 5.652,30
02	Açúcar Refinado Especial Sacarose de cana-de-açúcar Embalagem de 1kg	PCT	346	R\$ 4,99	R\$ 1.726,54
03	Adoçante Dietético Líquido, à base de edulcorante, natural, líquido transparente, acondicionada em embalagem resistente de plástico atóxico, contendo 100 ml, com identificação na embalagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação, validade e registro na ANVISA ou INMETRO	EMB	30	R\$ 6,20	R\$ 186,00
04	Filtro de Papel Nº 103 cx com 30 und	CAIXA	183	R\$ 4,99	R\$ 913,17
05	Pilha Aa - Tamanho: Pequena , Tipo: Alcalina , Modelo: Aa 1,5V com 4 und	EMB	78	R\$ 14,99	R\$ 1.169,22
06	Pilha Aaa - Pilha, Tamanho: Pequena , Tipo: Alcalina , Modelo: Aaa 1,5V com 4 und	EMB	66	R\$ 18,99	R\$ 1.253,34
07	Pilha Recarregável AA 1.2V – Capacidade da pilha 2500mAh (embalagem c/ 4 und.)	EMB	65	R\$ 30,00	R\$ 1.950,00
08	Pilha Recarregável AAA 1.2V – Capacidade da pilha 900mAh (embalagem c/ 4 und.)	EMB	70	R\$ 20,37	R\$ 1.425,90
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:				R\$ 14.276,47	



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5140/2025

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI
O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com sede na Av. Governador Roberto Silveira, nº 318 - Campo do Prado - Cachoeiras de Macacu/RJ - CEP: 28.680-000, inscrito no CNPJ sob o nº 14.032.786/0001-33, neste ato representado pelo Gestor, Sr. Loir Gonçalves de Lima portador da carteira de RG nº 06776-6 e inscrito no CPF sob o nº 619.142.077-34, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX e portador de documento de identidade n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4167/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é o - **Aquisição de gêneros alimentícios e insumos de uso comum, especificamente café, açúcar, adoçante, filtro de papel e pilhas, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.**

1.2 - Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
01	Pó de Café Torrado e moído, tipo tradicional, 100% café, com selo ABIC, em embalagem de 500g	Pacote	227
02	Açúcar Refinado Especial Sacarose de cana-de-açúcar Embalagem de 1kg	Pacote	346
03	Adoçante Dietético Líquido, à base de edulcorante, natural, líquido transparente, acondicionada em embalagem resistente de plástico atóxico, contendo 100 ml, com identificação na embalagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação, validade e registro na ANVISA ou INMETRO.	Embalagem	30
04	Filtro de Papel 103 Caixa contendo 30 unidades	Caixa	183
05	Pilha Alcalina AA 1,5V (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	78



06	Pilha Alcalina AAA Tipo palito- 1,5V(embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	66
07	Pilha Recarregável AA 1.2V – Capacidade da pilha 2500mAh (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	65
08	Pilha Recarregável AAA 1.2V – Capacidade da pilha 900m ah (embalagem c/ 4 und.)	Embalagem	70

1.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 - O Termo de Referência;

1.3.2 - A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 - O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 – Da Liquidação:

6.1.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.1.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.2 Do Prazo de Pagamento

6.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.2.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

6.3 Da Forma de Pagamento

6.3.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Não se aplica a este objeto.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada, registrando em relatórios eventuais ocorrências que possam interferir no cumprimento das obrigações contratuais;

8.2 Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários ao bom andamento da contratação, de modo a possibilitar a adequada execução dos fornecimentos;

8.3 Receber, conferir e atestar o material entregue, observando as especificações, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta vencedora;

8.4 Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade verificada no fornecimento, exigindo as providências corretivas cabíveis dentro do prazo estabelecido;

8.5 Efetuar os pagamentos devidos à contratada dentro dos prazos fixados, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e após o recebimento definitivo dos materiais;

8.6 Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos que não estiverem em conformidade com as especificações, exigindo sua substituição imediata, sem ônus adicional à Administração;

8.7 Providenciar as solicitações de entrega conforme a necessidade dos setores da Secretaria, observando o cronograma e a forma de fornecimento pactuada;

8.8 Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive aplicação de penalidades, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.9 A fiscalização exercida pela contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e à conformidade dos produtos entregues, tampouco a exime das obrigações legais e contratuais assumidas.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 Cumprir integralmente as condições e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, da proposta apresentada e do contrato firmado;

9.2 Fornecer os produtos novos, originais, de primeira qualidade, dentro do prazo de validade, nas quantidades e prazos solicitados pela Secretaria Municipal do Ambiente e Bem-Estar Animal;

9.3 Garantir que os produtos estejam devidamente embalados e identificados, com informações claras sobre marca, fabricante, data de fabricação, validade e lote, atendendo às normas da ANVISA, INMETRO e demais órgãos competentes;

9.4 Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer produtos entregues que apresentem defeitos, irregularidades ou que não atendam às especificações exigidas, sem qualquer ônus adicional para a Administração;

9.5 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, procedência e conformidade dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais danos decorrentes de vícios, defeitos ou irregularidades;

9.6 Atender prontamente às solicitações e comunicações da contratante relativas à execução do contrato;

9.7 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista;

9.8 Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, observando os horários e locais indicados pela contratante, bem como assegurar que o transporte dos materiais seja realizado em condições adequadas de higiene e segurança;

9.9 Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, eximindo a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

9.10 Manter canal de comunicação atualizado, com telefone e e-mail válidos, para o recebimento de notificações, solicitações e demais comunicações administrativas;

9.11 Observar as normas de sustentabilidade e descarte adequado de resíduos, quando aplicável, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

9.12 - Fornecimento de produtos novos, originais de fábrica, de primeira qualidade, devidamente embalados e dentro do prazo de validade, vedado o fornecimento de itens reutilizados, reembalados ou com danos aparentes;

9.13 - Café torrado e moído com selo de qualidade ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), devidamente identificado quanto à marca, tipo e validade;

9.14 - Adoçante dietético líquido com registro na ANVISA ou certificação equivalente, em conformidade com a legislação vigente, contendo rótulo com informações obrigatórias sobre ingredientes, valor nutricional, lote, data de fabricação e validade;

9.15 - Todos os gêneros alimentícios e insumos deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega, exceto quando o produto tiver prazo de validade inferior por natureza, devendo tal condição estar claramente indicada na embalagem;

9.16 - Os filtros de papel deverão ser confeccionados em material apropriado para uso alimentar, isento de impurezas, compatível com cafeteiras de uso comum e devidamente embalado;

9.17 - As pilhas alcalinas e recarregáveis deverão ser originais de fábrica, com certificação do INMETRO, apresentar validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses e ser entregues em embalagens lacradas, contendo identificação da marca, fabricante e especificações técnicas;

9.18 - Preferência por produtos de marcas reconhecidas no mercado, com boa durabilidade, procedência comprovada e padrão de qualidade constante;

9.19 - Apresentação, sempre que solicitado, de documentos que comprovem a procedência e autenticidade dos produtos fornecidos, como certificados, laudos técnicos, fichas de segurança, rótulos e notas fiscais;



9.20 - Cumprimento integral das normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes, incluindo as determinações da ANVISA, INMETRO e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando aplicável;

9.21 - Responsabilidade integral da contratada pelo transporte, entrega, descarregamento e integridade dos produtos até o local designado pela Administração, em conformidade com as condições de armazenamento e higiene exigidas.

9.22 - O descumprimento total ou parcial das obrigações previstas no Termo de Referência poderá acarretar a aplicação de penalidades administrativas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas cláusulas contratuais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de aquisição, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.3 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda

de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.4 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.5 - A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.6 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 - Não haverá exigência de garantia de execução contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - Este contrato poderá ser extinto a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal do Ambiente, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	FICHA	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
50.	005.	04	122.	2001.	649	3.3.90.30.00.00.00.00	1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2 - Em se tratando de contratação direta, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Cachoeira de Macacu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DESIGNAÇÃO PARA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATR.	CPF
GESTOR	João Alberto Antunes Ribeiro	73.158	432.985.087-72
FISCAL TÉCNICO	Ailka Juliana do Nascimento Siqueira	73.251	313.619.508-62
FISCAL ADMINISTRATIVO	Danielli Amaral de Castro	72.857	097.068.917-90

Cachoeiras de Macacu/RJ, xxxxx de xxxxxx de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
Endereço:
RG:
CPF:

Nome:
Endereço:
RG:
CPF: